

# 1

*Discurso na abertura do seminário “Dois anos do Plano Real – comparação com outras experiências de estabilização”*

1º DE JULHO DE 1996

*Senhor Ministro do Planejamento, Dr. Kandir; Senhor Ministro das Relações Exteriores; Senhores Ministros de Estado; Senhores Embaixadores; Senhor Diretor da CEPAL, Renato Balmann; Senhor Presidente do Ipea, Dr. Fernando Rezende; Senhoras, Senhores;*

Devo desculpas aos senhores pelo atraso no início desta cerimônia, mas, hoje, comemorando dois anos do lançamento do Real, achamos de bom alvitre que eu me dirigisse ao País, não através de redes oficiais, mas dando entrevistas sucessivas. E assim fiz, desde as 7 da manhã até agora, e continuarei dentro de pouco tempo mais, até, quem sabe, receber alguma oferta de alguma rádio para eu ser âncora de algum programa e, então, passar a criticar os governos. *(Risos.)*

Eu queria externar a minha alegria pela presença dos senhores aqui e pela realização deste seminário, no Ipea, numa data que, para nós, brasileiros, tem um significado todo especial. Não cabe ao Presidente da República entrar em detalhes de ordem propriamente técnica e econômica, embora eu tivesse sido Ministro da Fazenda num certo período, quando nós preparamos o Plano Real, mas creio que

cabe chamar a atenção, do ponto de vista global, para o significado desse plano de estabilização e para o modo como foi concebido.

Talvez eu não agrade a todos ao dizer que, no meu modo de entender, a decisão fundamental que se tomou no Governo do Presidente Itamar Franco foi quando decidimos marchar na direção de um processo de estabilização da economia. A decisão não foi só minha, foi daqueles que colaboravam comigo também, com o apoio do Presidente, que foi constante, no sentido de explicar ao País os passos que iam ser dados.

Talvez a diferença mais significativa entre o Plano Real e outros planos tentados no Brasil, inclusive o melhor sucedido antes do Real, que foi o Plano Cruzado, tenha sido o fato de que nós explicávamos, passo a passo, o que ia acontecer. E foi muito difícil. A descrença era muito grande. O dia inteiro, a pergunta era sobre qual seria o pacote, o conjunto de medidas de surpresa, porque estávamos já traumatizados pelo que tinha acontecido na decisão de governos anteriores – e de um governo anterior no sentido, por exemplo, de congelar a poupança. Então, havia um clima de muita falta de credibilidade nas decisões governamentais.

O bombardeio maior foi justamente este: qual vai ser a surpresa? E eu dizia sempre que não haveria surpresas. Algum dia se escreverá, com mais detalhe, a história de como foi constituído esse plano de estabilização e ver-se-á que essa decisão não foi de um senador que era, eventualmente, Ministro da Fazenda, mas foi uma decisão pensada também pelos que participaram na equipe econômica, na equipe técnica, porque, no fundo, nós todos chegamos à compreensão de que a sociedade estava cansada da inflação.

O Brasil tem uma outra peculiaridade: graças a um sistema que os senhores conhecem, de indexação generalizada, nunca se teve a sensação propriamente da hiperinflação. Estávamos sempre à beira daquilo que os brasileiros amam muito, que é o abismo. Amam, mas não gostam que se caia nele; então, estávamos sempre próximos. E havia discussões bastante curiosas sobre o que era a hiperinflação; se uma inflação de 30%, 40% ao mês, que, anualizada, dava 4.000%,

5.000%, seria ou não hiperinflação. Uma discussão, digamos, praticamente sem sentido, porque, na verdade, para os efeitos práticos da administração, nós já estávamos num clima que impossibilitava o planejamento e um horizonte; impossibilitava, portanto, a administração e desagregava o conjunto da sociedade.

Então, essa sensação de mal-estar – embora sem ter havido a hiperinflação, no sentido clássico, realmente, de fuga de capital para uma moeda distinta da moeda nacional, porque isso não houve aqui, graças à indexação –, a sensação de ingovernabilidade era muito forte. Os que são cientistas políticos, e, agora, os economistas todos o são, devem estar se recordando de que o tema que vinha junto com a inflação era o da governabilidade.

Durante anos, nós discutimos no Parlamento e nos meios acadêmicos a governabilidade. Por quê? Porque se tinha a nítida sensação da perda de controle. E isso era real. Não havia mais controle sobre as decisões. Na verdade, progressivamente, o controle do País passou para a boca do cofre. Alguns continuam nela, até hoje, mas já não têm o mesmo controle que tiveram no passado, porque, realmente, a única maneira pela qual se podiam ajustar os desequilíbrios existentes era postergando pagamentos. Ao postergar pagamentos, evidentemente, o Governo se beneficiava com a inflação e, no final, apresentava um resultado equilibrado.

As empresas com indexação e as que podiam manejar mais adequadamente o sistema financeiro tinham um mecanismo de salvaguarda, mas o grosso da população não tinha. E o Brasil percebeu que o maior instrumento de concentração de rendas era a inflação.

Então, a decisão política foi: vamos enfrentar essa questão, e enfrentá-la de modo que a população sinta o porquê das medidas; e vamos explicar essas medidas. Francamente, quando se decidiu fazer a URV, que, creio, foi o engenho mais criativo de todo esse programa, havia uma certa incerteza. Nunca me esqueci das palavras do professor Simonsen, a quem rendo sempre as minhas homenagens, porque tem sido de uma sabedoria e uma generosidade constantes na análise dos problemas do Governo e do País. Ele disse que a URV era

como um patim no gelo: podia deslizar para um lado e perder completamente o controle ou poderia ser que chegássemos a fazer aquelas piruetas que os bons patinadores fazem, de dar o salto e cair em pé.

O Brasil caiu em pé. Não caiu – ficou em pé. Estava caído e ficou em pé. E a URV, um mecanismo que parecia complexo – e era complexo, na verdade – a população assimilou com muita rapidez. E, aí, devo dizer que se deve também ao sistema de comunicações existentes neste país.

Alguns dos senhores não são brasileiros. Este é um país onde há imensa liberdade de imprensa, uma imprensa muito competente, com uma capacidade de comunicação e de tradução das medidas mais complexas de forma quase imediata, em termos que a população entenda, o que é simplesmente extraordinário. Foi o que possibilitou haver um diálogo constante na fase de implementação do Plano de Estabilização, do Plano Real. Claro, nossa obsessão era com a inflação.

Eu me recordo de que, repetindo o que ouvia muito do Senador José Serra no passado, quando tomei posse no Ministério da Fazenda – e foi uma decisão surpreendente do Presidente Itamar Franco entregar a um pobre sociólogo o controle da economia brasileira –, no discurso que fiz de improviso ao voltar dos Estados Unidos, pois tive de tomar posse imediatamente, eu disse que nós tínhamos três problemas: a inflação, a inflação e a inflação. Porque era isto: ou se domava a inflação, ou... Ainda hoje me recordei das caricaturas, sobretudo das do Chico, lá no *Globo*, em que víamos um dragão inflacionário e o Ministro da Fazenda impotente diante dele. Parece que conseguimos matar o dragão inflacionário. Matamos. Bem, segundo o Ministro Malan, ainda estamos matando. De qualquer forma, está quase morto.

O fato é que a decisão de enfrentar a questão da inflação era inelutável. Não havia alternativa senão enfrentá-la. Aí, houve uma outra discussão – alguns dos aqui presentes se recordarão disso –, que foi política também. Naquele momento, estava o Congresso num processo de auto-expurgo. Havia uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Comissão de Orçamento do Congresso. O Presidente

Itamar Franco era Vice-Presidente e havia assumido por causa do *impeachment*. Não dispúnhamos de maioria propriamente dita, no Congresso. Aliás, não sei o que é isso. De vez em quando se dispõe dela, e a gente não sabe o que é.

Então, havia muitas dificuldades do ponto de vista político, e o bom-senso dizia que talvez fosse melhor não enfrentar a inflação, com tanta dificuldade política. Não faltou quem me aconselhasse a baixar um pouquinho, a fazer uma ginástica, que o que se esperava era um alívio, e não avançar num sentido mais direto, mais radical, de enfrentar a raiz dos problemas, no sentido radical etimológico, de enfrentar as causas da inflação.

Bem, a minha percepção era outra. A minha percepção era de que só se conseguiria vencer a inflação num momento de fraqueza política. Só num momento de fraqueza política o Ministro da Fazenda assumia os poderes necessários para tomar as medidas, que são duras, de contenção da inflação. Só num momento em que o Congresso – no qual, naturalmente, estará sempre enraizado o conjunto de interesses do País, conjunto de interesses estabelecidos que não era favorável à quebra da inflação, nem o eram os interesses burocráticos, porque o Governo, como dizia o Dr. Bacha freqüentemente, estava casado com a inflação, o orçamento estava casado com a inflação – mostrava a fragilidade da Comissão de Orçamento e se via a impossibilidade de as forças políticas se organizarem para frear as forças tradicionais, quero dizer, frear uma decisão de política econômica mais audaciosa é que seria possível enfrentar a inflação.

Acho que nós não erramos nas apostas que fizemos. Conseguimos, naquele primeiro momento. Isso não quer dizer, não obstante, que tudo sejam glórias, que tudo seja tranqüilidade. Não é assim. Todos sabíamos, e sabemos, que esses processos são longos e implicam uma mudança cultural, mudança de mentalidade, porque, quando está a economia totalmente indexada, é muito difícil não pensar qualquer aspecto da economia sem a idéia da inflação passada, da inflação inercial. E há interesses, como já disse, ao redor da inflação. Sabíamos que haveria fragilidade no sistema financeiro, aler-

tamos sobre essa fragilidade inúmeras vezes, sobretudo no setor público. Sabíamos que era muito difícil haver o acerto orçamentário.

O Ministro Stepanenko, que está aqui presente, já era Ministro na época, sabe disso, acompanhou os esforços do diretor de orçamento e do professor Bacha para que pudéssemos reorganizar, mais ou menos, o sistema orçamentário. Só conseguimos uma medida – e foi suficiente – do Congresso, que foi o Fundo Social de Emergência. O social foi posto ali por acaso, porque se imaginara que era mais fácil que o Congresso cedesse se fosse um fundo social. Nem era fundo: era simplesmente um mecanismo de flexibilização das verbas públicas para uma utilização mais racional, sem vinculações que manietavam o Estado. Claro que nós ouvimos críticas de todo tipo, mais que pertinentes. Só que as pessoas, muitas vezes, não sabem como é o jogo político e não sabem que, muitas vezes, se faz não o que se deseja nem o que parece mais elegante, mas aquilo que as condições permitem, forçando sempre o limite do possível.

Sabíamos que havia dificuldades nessas áreas todas. Não contávamos com outras dificuldades. Não contávamos com a crise do México. Não contávamos que haveria aí um destabilizador possível, vindo de fora. Naquela altura, eu me recorro de que, quando ainda negociando a dívida externa do Brasil, com o hoje Ministro Malan, que era o negociador da dívida, nós não conseguimos o apoio do Fundo Monetário Internacional para o nosso plano de estabilização. O professor Bacha, que está aí, se recordará de quanta ginástica estatística tivemos que fazer para demonstrá-lo aos negociadores do Fundo – que não se convenceram, porque diziam até isto: “Aqui não há condições políticas.” Eu achava graça, porque os que diziam isso não tinham a menor noção da política e nem do contexto brasileiro. E diziam-no de boa vontade, mas com muita ignorância.

Pois bem. Não fora a compreensão e a sensibilidade do Senhor Michel Camdessus, que percebeu que, mesmo sem os requisitos técnicos todos, havia que dar aí uma válvula para permitir, quem sabe, uma experiência de estabilização, nós não teríamos conseguido negociar a dívida externa com os bancos, que era uma condição

importantíssima para que, depois, lográssemos avançar no plano de estabilização.

Pois bem. Foi dentro desse quadro de incertezas que nós avançamos, com muitas dificuldades, enormes dificuldades. Mas sabíamos que haveria outros problemas. E não contávamos com esse do México. O México, naquele momento, era realmente o “ai, dodói” dos organismos internacionais. Ninguém imaginava que fosse haver alguma precipitação no sistema financeiro.

Hoje é história. Pode-se criticar por que a taxa de juros cresceu – de juros não, de câmbio – por que deslizou mais ou menos, por que era necessário chegar a 0,82. Hoje isso é história.

A verdade é que – e aqui há alguns que são testemunhas disto –, antes de eu assumir o Governo, tivemos conversas no sentido de que era preciso, no final do ano de 94, tentar uma reorganização da taxa de câmbio. E combinamos que assim seria na última semana de dezembro de 94. Só que, no dia 20, houve a questão do México. Então, quem é que iria mexer em taxa de câmbio depois do que tinha acontecido no México? Isso fez com que, nos primeiros meses deste governo, tivéssemos profundas discussões, já em 95, para saber o que fazer. E só em fevereiro tomamos uma decisão, que, na verdade, teve problemas: foi na questão da formação das bandas cambiais. Houve problemas de implementação, houve especulação contra o Real. Perdemos 10 bilhões de reais. A economia estava superaquecida no começo de 95, e isso vinha de antes. Pode-se discutir se a abertura em 94 tinha que ser do grau que teve. É história. Já estava feita a abertura. A abertura foi importante para dar uma certa noção de preços relativos. De qualquer maneira, tivemos que tomar decisões difíceis de aumentar a taxa de juros, em abril de 95, para frear o crescimento da economia. Fez-se um mecanismo de compulsório – cadê o Dr. Chico Lopes, que eu não vejo por aqui? –, que só mesmo os economistas de muita imaginação são capazes de fazer, para amarar, como tinham que fazer naquele momento da economia.

O Governo não teve nenhuma preocupação de fazer senão o que era necessário. Pode ter errado. Mas não o fez por motivos menores.

Não se preocupou em saber se isso ia afetar interesse de tal ou qual, se isso afetaria popularidades ou não. Eu digo sempre: a arte da política não é a arte do possível; é a de tornar possível o que é necessário. Fizemos o que nos pareceu necessário naquele momento.

Isso teve conseqüências: conseqüências sobre o ajuste das empresas, que tiveram que dar uma freada muito grande. Isso produziu, no decorrer do tempo, uma série de desacertos em certos setores, sobretudo conjugando abertura com problemas de taxa de juros, com problemas de apreciação cambial. Alguns setores – têxtil, calçados e outros mais – tiveram problemas.

Nada se pode fazer em matéria de política em geral sem contar com o tempo. Não dá para resolver tudo de uma vez. É preciso dar tempo e ir organizando a agenda; e não ceder às pressões para que a agenda fique mais grossa do que a que é possível resolver.

As conseqüências do desequilíbrio financeiro foram grandes no sistema financeiro brasileiro. Grandes. Houve um momento de dificuldade em 95 – sobretudo depois de outubro de 95 –, de grandes dificuldades. Pode-se discutir o acerto de uma outra medida, ou o desacerto e a recomposição. Fizemos o Proer – quem sabe pudéssemos tê-lo feito antes ou devêssemos tê-lo feito antes? De qualquer maneira, conseguimos evitar que houvesse um encadeamento de crises no sistema financeiro que teria conseqüências, aí, sim, devastadoras para a recuperação da economia em tempo oportuno. E conseguimos manter a agenda sob relativo controle, não deixando que houvesse aí um grande congestionamento de problemas para os quais não tínhamos solução.

Não é fácil a um ex-senador da República se opor a uma CPI sobre bancos. Eu me opus. Por quê? Porque isso daria congestionamento da agenda, daria uma série de outras questões que ficariam muito difíceis de serem manejadas. Acho que, em certos momentos, quem está na posição de Presidente da República tem que tomar decisões, por mais difíceis que elas sejam; tem que tomá-las, desde que haja convicção.

Isso tudo significa que tivemos que frear a taxa de crescimento e que aumentou a taxa de desemprego. Significa, também, que, ape-

sar disso, o Brasil foi-se adaptando à nova situação. E a nova situação está aí.

Nós estamos passando por um processo de transformação estrutural do sistema produtivo brasileiro e internacional.

Outro dia, o Dr. Luciano Martins, que aí está, me recordou um prefácio que eu escrevi num livro dele, há mais de 20 anos, no qual esses temas de globalização estão postos com toda tranqüilidade, com toda clareza. Só que as pessoas levam 20 anos para deles tomar consciência, ou 10 anos, 15 anos. E é normal que assim seja, para que se generalize, para que seja um desafio sentido pela sociedade.

A sociedade sentiu esse desafio no Brasil. As indústrias estão se reorganizando – já estavam antes. Eu me recordo de que, quando era Ministro do Exterior, em 93, eu dizia que o fato novo no Brasil era que o setor privado estava capitalizado e reagindo e o setor público estava empantanado – se é que isso existe em português – nas suas dívidas crescentes e na inflação.

Pois bem, o setor privado reagiu, está reagindo de novo agora. Cabe ao Governo apoiar. O BNDES tem tomado algumas medidas nessa direção de apoiar a reestruturação de certos setores do sistema produtivo brasileiro. Cabe apoiar a exportação. O Ministro Kandir tem insistido na importância dessa questão da exportação. Cabe uma porção de coisas. Sempre cabe. Tem que. Não há expressão que um governante ouça mais do que o “tem que”. Pois bem, “tem que”. Tem que fazer as reformas, e nós encaminhamos as reformas, como todos sabem, na área econômica. As sociais estão encaminhadas, a reforma da Previdência está, também, empantanada. Vamos mudá-la, vamos continuar lutando. Eu não cedo fácil. Nós vamos continuar mudando e vamos conseguir. Nós mudamos o regimento... Nós, não: o Congresso mudou o seu regimento – ou foi a Câmara? Nós vamos insistir, na Câmara, ainda, em alguns aperfeiçoamentos; no Senado também, porque está visível que é preciso modificar o sistema previdenciário. E não é por causa deste governo. Não se está pondo em risco o Real, não. Os efeitos da Previdência são a longo prazo, não são imediatos. Mas vamos fazer as mudanças. Vamos continuar a reforma administrativa.

Agora, há uma nova tônica, que eu ouvi, nesta manhã, entre os que me entrevistaram: é que o Governo, agora, decidiu, em vez de fazer as reformas, elaborar medidas infraconstitucionais. Até já vi que tem um FHC-II e já estão propondo o III. Está bem, quanto mais para a frente melhor. Mas o fato é outro: é que temos que fazer ao mesmo tempo as coisas: temos que continuar com as reformas e, ao mesmo tempo, ir tomando as medidas que possamos, de alcance legal e administrativas.

Nós estamos nos preparando para essa nova etapa de crescimento da economia, mantendo, naturalmente, o controle da inflação. Há problemas aí? Há problemas. Há problemas do déficit público? Há. A situação fiscal é saudável? Não é. No ano passado, como os senhores sabem, nós chegamos a 5% do PIB, em termos de déficit, graças, basicamente, ao endividamento crescente dos estados e municípios – mais dos estados – e graças a um certo descontrole do setor público. Só que eu ouço, com muita frequência, que é preciso o Governo controlar os seus gastos – e o Ministro Mailson sabe como é isso; ele me dizia e eu não acreditava, quando eu era Senador e ele Ministro. É que muitos dos gastos não são compressíveis. O Governo não tem nada a fazer, a não ser mudando a Constituição; muito pouco, melhor diria, a fazer para comprimir gasto salarial; nada a fazer para comprimir gasto da Previdência; nada a fazer para comprimir as transferências constitucionais. Tem a fazer na taxa de juros. E fez: caiu de 4,25% para 1,95%.

Então, cobram ação do Governo para compressão de gastos públicos. Mas comprimir o quê? O gasto disponível da União, efetivo, é da ordem – o Dr. Portugal está aí e me corrigirá – de 1 bilhão e 200 milhões de reais por mês, cerca de 14 bilhões por ano, de um orçamento de 160 bilhões. Dos 160, são gastos automáticos quase tudo. Sobram 14. A área de disponibilidade de ação do Governo para diminuir gasto está sobre esses 14, os OCC – chama-se Outros Custeios de Capital. Desses OCCs, 60% são gastos em saúde: 680 milhões de reais por mês.

Eu, hoje, pela rádio, estou sabendo que há hospitais fechando no Rio Grande do Sul, porque não recebem o aumento de 25%. E nós estamos dando 680 milhões para a saúde. Não se tem de onde tirar.

Então, o resto do Governo vive de 550 milhões de reais. Cortar o quê? Apagar a luz? Então, é preciso ter compreensão. Não é falta de vontade do Governo. Cresceu o endividamento, é verdade; mas nós estamos corrigindo, e sabe-se por que cresceu e como se está corrigindo. Por isso, tem-se que fazer as reformas. O crescimento da folha de pagamento é automático, é de 1%, no mínimo, ao mês, por causa das vantagens que são acumuladas. Em certos Estados, é mais do que isso. Então, a folha sobe, sem que haja aumento de salário. A Previdência é a mesma questão. Logo, é necessário fazer essas reformas.

Isso não quer dizer que, sem elas, o Real vai capotar no ano que vem. Não vai. Mas a ginástica é grande e o custo é mais alto. A questão é saber se o custo é mais alto ou mais baixo. É preciso mostrar ao País que os que pensam que estão defendendo o interesse popular ao manterem o *status quo* são, como tenho dito sempre, a vanguarda do atraso e assumiram como próprio e bom aquilo que foi feito pelos desmandos do passado, pelos governos que nós sempre combatemos. Agora, assumem como bom tudo que foi acumulado de errado, tudo que foi sedimentado errado. Não. Temos que reformar, temos que mudar, temos que continuar lutando para a transformação.

Quanto à questão fiscal, neste ano, tenho certeza de que o déficit vai ficar por volta da metade, 2,5% a 3%, pelas medidas tomadas, pelos ajustes que os Estados estão fazendo com enorme sacrifício. Pelo fato de nós, pela primeira vez na história, não termos dado aumento de salário para o funcionalismo – é duro fazer isso –, pelo fato de termos dado um aumento moderado nas pensões, estamos conseguindo, com esse custo, reduzir o déficit e, pelo que cortamos da taxa de juros, mais da metade, vamos conseguir reduzir mais o déficit. Esse déficit não assusta ninguém, se for bem controlado. Basta comparar com outros países e olhar também qual o tempo de maturidade dele, para verificar que não estamos em nenhuma situação de beira de abismo, como repeti aqui há pouco. Não é essa a situação. A situação é de um certo horizonte.

Mas temos que ter um horizonte de crescimento sustentado. Temos que ter um horizonte de retomada de crescimento de maneira

contínua, senão não se vai resolver nem a questão do emprego nem a do setor público. Chegamos a um momento em que precisamos aumentar a arrecadação não pela via do aumento de impostos, mas pela reativação da economia. Este é o X da questão: como reativar a economia sem colocar em xeque o equilíbrio das contas e sem colocar em xeque as contas externas – e todos sabem do esforço enorme do Governo para que fosse possível controlar o que houve de desajuste no crescimento do déficit da balança comercial.

Este ano, neste momento, estamos equilibrados. Temos 27 milhões de reais de superávit. Não gosto de fazer prognóstico, não sei o que vai acontecer, mas está equilibrada a balança comercial e espero que se consiga não só mantê-la equilibrada, mas melhorá-la.

A verdade é que houve aumento das exportações de manufaturados. Todos os pessimistas do Brasil – são muitos – têm perdido sempre as apostas que fazem. Já vi o Real ser enterrado várias vezes. Ele ressurgiu. Então, é uma verdadeira fênix, está firme aí. E o fato é que, também no que diz respeito às exportações, elas estão caminhando. Podem caminhar mais depressa? Tudo pode ir mais depressa, meu Deus. Se depender de mim, eu aperto o botão, e está feito. Só que não depende de mim, nem da equipe econômica. Depende de muitos processos mais complexos.

Acho que as questões fundamentais estão equacionadas e, como disse, temos o controle da agenda, que é fundamental; não perdemos o controle da agenda econômica.

Não é que tenhamos feito ouvidos moucos ou de mercador para os gritos justos, muitos deles, no setor produtivo. É que não havia condições. Não é que não soubéssemos das dificuldades do setor agrícola: é que não havia condições. Equacionamos o setor agrícola; este ano está equacionado. Claro que houve aumento mais do que necessário do custo dos serviços, porque aí é mais difícil ajustar. Mas, pelo que li recentemente, está havendo uma certa convergência, nos índices de inflação, no setor produtivo de bens e no setor de serviços. Isso é muito importante para podermos ter realmente uma condição e um horizonte mais limpo, mais livre de obstáculos.

Enfim, eu só queria fazer umas poucas – não são nem reflexões – repetições de reflexões alheias, neste dia de hoje, para dizer que, visto do ângulo de quem está com a responsabilidade de governo, as questões estão sob controle, o Plano Real está sendo implementado. Era um plano de estabilização; hoje é muito mais do que isso, porque houve um efeito muito positivo – os jornais de ontem dizem isso de maneira indiscutível – na distribuição de renda, enorme efeito positivo na distribuição de renda, aumento de consumo de massa significativo e, agora, o fundamental, aumento de investimento.

O investimento externo está vindo. Nós imaginamos que ele possa crescer. Nunca falo em mais do que 7 bilhões para este ano, mas alguns já estão falando em mais do que isso. Vamos ver para crer. De qualquer maneira, está havendo, aí, um sinal muito positivo nessa direção.

O processo de privatização, também, acho que hoje é indiscutível. O País sente que existe rumo. Tenho repetido que não sou homem de mercado, nem sou vendedor, nem tenho que agradar a quem queira comprar depressa. Meu objetivo não é esse. O meu objetivo é mudar o Brasil, para que ele tenha condições de crescimento sustentado. Não estou preocupado. Alguns têm comichão para investir logo. Não. O que é preciso é investir bem, não permitindo nenhuma mancha de corrupção, como não houve no processo de privatização brasileiro, nada – o que é muito importante.

Mas é preciso perceber que nós passamos da fase mais fácil, que foi rápida, a da privatização de empresas produtivas que estavam na mão do Estado, para outra fase, que é a da concessão de serviços públicos e de privatização de serviços públicos. Isso requer uma modificação na estrutura do Estado, que é o que está acontecendo. Temos que modificá-la com a criação de órgãos regulamentadores, que não sejam empresas nem vão investir diretamente, mas tenham a condição de definir tarifas, de fiscalizar o desempenho dos serviços e de garantir a utilidade pública daquele serviço.

Então, é um trabalho mais complicado do que simplesmente vender num leilão as ações de tal ou qual companhia. E devo dizer que vejo com

satisfação que um setor, por exemplo, como o ferroviário, no qual não se apostava, está sendo objeto de concessão de serviço público com muita velocidade. Até o fim do ano, praticamente toda a rede ferroviária nacional estará sendo operada pelo setor privado – em alguns casos, não simplesmente por um grupo de grandes transportadores, ou melhor, de grandes usuários de transporte, mas também por operadores de nível internacional, que entrarão na operação dos serviços de ferrovia.

Quanto aos portos, dizia-se que era impossível privatizá-los, que a lei dos portos não era implementada. Está sendo implementada. Fizemos as negociações necessárias e lançamos uma lista de muitos portos a serem privatizados.

A reorganização da infra-estrutura está sendo feita, também, através de concessões. A via Dutra, a estrada que liga o Rio a São Paulo, hoje está sendo controlada pelo setor privado; a Rio–Juiz de Fora, a Rio–Teresópolis e a ponte Rio–Niterói também.

Estamos dando grande atenção à infra-estrutura. Acabo de ir a Santa Catarina assinar um contrato com o BID, que tem o apoio do Eximbank, de mais de 1 bilhão de reais – ou de dólares? – para a duplicação da BR–101, que passa por Santa Catarina. Na verdade, é um eixo que vem de Belo Horizonte, com a Fernão Dias, que está sendo duplicada; que vem de São Paulo, com a Dutra, a BR–116, que está, sob concessão, sendo duplicada; e com a própria BR–101, em Santa Catarina, que também está sendo duplicada. E iniciamos o projeto de viabilidade do trecho de Santa Catarina até Osório, no Rio Grande do Sul, que é um eixo viário importante.

Estamos dando atenção toda especial, já disse, à reorganização da rede ferroviária. Estamos, também, utilizando com mais afinco as hidrovias. Dentro de poucos meses, ainda este ano, a hidrovia que ligará Porto Velho, em Rondônia, a Itacoatiara, no Amazonas, estará terminada. Ou seja, o balizamento do rio Madeira está praticamente pronto. Ele desemboca no rio Amazonas. E, no porto de Itacoatiara, o governo do Estado, com a iniciativa privada, está fazendo um terminal graneleiro. A produção de Rondônia e do Norte de Mato Grosso vai poder escoar com um preço de frete extremamente mais

vantajoso, porque em Itacoatiara entram navios de 100 a 200 mil toneladas, e pode-se, então, exportar, muito mais barato. Ou seja, o custo Brasil está sendo cuidado.

Não é fácil reorganizar a infra-estrutura de um país que há anos não tinha nada, não tinha investimento em infra-estrutura. Leva tempo, mas está sendo feito.

A reforma tributária é difícil, mas vai ser feita. E vamos desonerar as exportações. Demora mais um mês, mais dois meses, menos três meses, não importa. Vai-se fazer, está-se fazendo, está-se atuando.

Então, estamos, realmente, preparando as condições de infra-estrutura e as condições institucionais no caso da concessão de serviços públicos.

Assim que o Senado aprove, e aprovará esse mês de julho, a questão da telefonia celular, verão a imensa quantidade de recursos que vai entrar nessa área. No ano que vem, vamos enfrentar a questão da telefonia básica, da privatização da telefonia básica. Há uma enorme quantidade de problemas técnicos que poucos imaginam: como se faz a conexão das linhas, como se resolve a questão dos satélites, etc. Tudo isso é muito, muito complicado. Não é questão em que falte vontade política. Essa questão de vontade política é uma questão voluntarista ilusória, de quem não sabe como se muda uma sociedade. A sociedade não se muda pela vontade política de um homem ou de um governo: muda-se pela consciência crescente da convergência de pessoas, de setores, de grupos. E mudança de mentalidade é o que está ocorrendo no Brasil.

Tenho, portanto, muitas razões de otimismo. Não sou panglossiano. Há problemas. Mas problemas existem sempre, e para serem enfrentados. E, mal se resolve um, vêm outros. A questão verdadeira é outra. Se a natureza dos problemas está mudando, é no sentido de melhorar progressivamente as condições não só da economia, mas da população, de vida da população. Eu acho que assim está.

Desculpem o tom. É que eu falei no rádio e na televisão a manhã toda e tive que fazer muita propaganda. Desculpem o tom pouco acadêmico e talvez até pouco presidencial, mas é para transmitir de

forma espontânea, direta, como vejo os problemas que existem, as dificuldades que existem, mas também as condições para superá-las.

Agora, precisamos aqui das luzes dos senhores, sobretudo daqueles que têm conhecimento direto de processos semelhantes noutros países; e dos muitos que aqui estão e não integram diretamente o Governo, estando, portanto, melhor do que nós porque podem criticar com mais tranqüilidade e, talvez, viver melhor – convido-os a virem para o Governo também, para sofrerem um pouquinho. (*Risos.*)

De qualquer maneira, vindo ou não vindo, acho importante que se estabeleça aqui um diálogo, que, tenho certeza, será muito aberto, muito franco, porque, se não tivermos condição de olhar as coisas de frente, não se consegue mudar.

Foi porque houve um grupo de pessoas, no Brasil, capazes de ver de frente os problemas e, como se diz em linguagem mais vulgar, de “pegar o touro pelo chifre”, que nós conseguimos dar esses avanços. Agora, espero que o touro já esteja com o chifre limado e que não vejamos, então, chifre em cabeça de cavalo. Vamos ver os chifres limados, os problemas já equacionados ou em fase de equacionamento. E não inventemos problemas que não existem.

Muito obrigado.